

Administração Política em Escala Mundial: Isolamento, Integração e Autonomia Estratégica no Fórum Econômico Mundial de 2026

Political Management on World Scale: Isolation, Integration, and Strategic Autonomy at the 2026 World Economic Forum

Gestión política en escala mundial: aislamiento, integración y autonomía estratégica en el Foro Económico Mundial 2026

Elcemir Paço Cunha¹ , Leandro Theodoro Guedes² , Thiago Martins Jorge¹ 

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora - Brasil. ² Universidade Federal de Juiz de Fora e Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro

*Autor de correspondência: paco.cunha@ufjf.br

RESUMO

O objetivo do artigo é explicitar os concorrentes modelos projetados de administração política da economia capitalista mundial a partir dos pronunciamentos de gestores políticos principais no Fórum Econômico Mundial, em Davos, em 2026. Para tanto, foi introduzido a administração política em escala mundial para iluminar os aspectos práticos, teóricos e históricos envolvidos no gerenciamento da acumulação de capital em termos globais. Adotou-se a análise qualitativa dos pronunciamentos delimitados de Alemanha, Canadá, China, Estados Unidos, França e União Europeia, adotando-se as seguintes categorias de análise: tendência, justificação e questão-chave. A análise indicou a existência de três modelos projetados de administração política do relacionamento interestatal: isolamento, integração e autonomia estratégica.

PALAVRAS-CHAVE:

Administração Política
Mercado Mundial
Relação Interestatal

ABSTRACT

The aim of this paper is to highlight the competitive projected models of political management of the world capitalist economy based on the pronouncements of leading political managers at the World Economic Forum in Davos in 2026. To this end, political management on a global scale was introduced to illuminate the practical, theoretical and historical aspects involved in the management of capital accumulation in global terms. A qualitative analysis of the chose pronouncements of Germany, Canada, China, the United States, France, and the European Union was adopted, adopting the following categories of analysis: tendency, justification, and key issue. The analysis indicated the existence of three projected models of political management of the interstate relationship: isolation, integration and strategic autonomy.

KEYWORDS:

Political management
World Market
Interstate relations

RESUMEN

El objetivo del artículo es explicar los modelos competidores proyectados para la administración política de la economía capitalista mundial basándose en las declaraciones de los principales directivos políticos en el Foro Económico Mundial en Davos en 2026. Con este fin, se introdujo la administración política a escala global para iluminar los aspectos prácticos, teóricos e históricos implicados en la gestión de la acumulación de capital en términos globales. Se adoptó un análisis cualitativo de los pronunciamientos delimitados de Alemania, Canadá, China, Estados Unidos, Francia y la Unión Europea, adoptando las siguientes categorías de análisis: tendencia, justificación y cuestión clave. El análisis indicó la existencia de tres modelos proyectados de gestión política de la relación interestatal: aislamiento, integración y autonomía estratégica.

PALABRAS-CLAVE:

Administración Política
Mercado Mundial
Relación Interestatal

SUBMETIDO: 14 de março de 2026 | **ACEITO:** 29 de junho de 2025 | **PUBLICADO:** 30 de junho de 2026

© Revista Brasileira de Administração Política, 2026. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

"A calma e a paz aqui na "montanha mágica", em Davos, estão em acentuado contraste com um mundo cuja antiga ordem está se desfazendo em um ritmo sufocante". Friedrich Merz, 22 de janeiro de 2026.

1. Introdução

As circunstâncias atuais do mercado mundial inspiram cautela dos variados agentes envolvidos direta e indiretamente nas relações interestatais, sobretudo dos gestores políticos que ocupam as principais posições de vantagem na condução dos seus estados nacionais. A cautela tem decorrido em grande parte do enfraquecimento do chamado "multilateralismo" e da sua tradicional arquitetura de governança relativamente persistente desde o pós-guerra.

Essa circunstância refletiu-se na última edição do Fórum Econômico Mundial, de 19 a 23 de janeiro de 2026 em Davos – entremeada pelos ataques norte-americanos à Venezuela e ao Irã. Diferentes protagonistas, entre estadistas e dirigentes de grandes empresas, externaram preocupações sobre as posturas e movimentações efetivas e retóricas das principais economias globais. Também projetaram diagnósticos e cenários alterados para a atuação dessas nações. A reunião de diferentes agentes em evento como esse o torna um ambiente propício ao estudo dos ideários dos seus principais protagonistas, sobretudo daqueles líderes das principais economias.

Isso ganha relevância para a pesquisa na área, especialmente potencializada pela abordagem materialista, conforme adiante, uma vez que tais formas de consciência comparecem enquanto projeções de administração política no plano do mercado mundial. Não apenas a exercitação corrente de medidas domésticas e internacionais, mas principalmente dos movimentos futuros tanto de conflito quanto de cooperação interestatal, os quais guardam potencial de alteração das relações entre as nações e da dinâmica econômica global. A potência que esses dirigentes e suas nações têm de moldar o futuro da humanidade aumenta o interesse científico por aquilo que projetam para a economia mundial. E a pesquisa em administração política nesse plano internacional é uma vereda ainda pouco explorada. É uma empreitada com a qual o presente artigo pretende contribuir a partir da introdução do que aqui se

considera como *administração política em escala mundial*.

Diante de tais possibilidades, o objetivo do presente artigo é responder à seguinte questão: *qual ou quais são, em linhas gerais, as principais projeções concorrentes de administração política do mercado mundial a partir do ideário dos líderes protagonistas no recente encontro em Davos?* O que se pretende especificamente é investigar os pronunciamentos das principais lideranças buscando extrair o modo ou os modos de administração política das relações interestatais na economia capitalista global. Conforme será descrito na seção sobre metodologia, a leitura sistemática dos pronunciamentos de Alemanha, Canadá, China, Estados Unidos, França e União Europeia possibilitou organizar os elementos importantes em categoriais de análise, permitindo identificar os modelos concorrentes de administração política em escala mundial.

Essa delimitação de análise exclui, obviamente, outras possibilidades igualmente importantes. Ao focalizar tais ideários como projeções para a economia mundial, ficam de lado, por exemplo, a pesquisa sobre os fundamentos materiais que condicionam tais formas de consciência e o confronto entre elas e a realidade própria da ação prática de seus estadistas. A focalização, portanto, limita a atenção ao plano mais descritivo das projeções de administração política em escala mundial. Ainda assim, seu valor se encontra na potência que apresenta em influir na prática dos gestores políticos que guarda possibilidades na forja da economia mundial. Conhecer isso é, pois, fundamental.

Para tanto, o artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Primeiro, é necessário descortinar os aspectos centrais para a introdução da administração política em escala mundial. Em seguida, ficarão registradas as questões metodológicas. A terceira seção tratará da apresentação dos modelos concorrentes de administração política em escala mundial seguida das considerações finais do artigo.

2. Administração política, mercado mundial e seus descontentes

Nesta seção pretende-se introduzir o que se considera no presente artigo enquanto *administração política em escala mundial*, delimitando seus elementos definidores em sentido teórico e histórico, à luz da abordagem materialista (Paço Cunha, 2019; 2021; 2023; Paço Cunha; Guedes, 2022; 2025). Parte-se do

relacionamento entre Estados-gerentes e suas economias capitalistas particulares, retendo seus traços comuns para, em seguida, considerá-los, com ajustes, no sistema interestatal que exerce administração política em escala mundial.

2.1. Administração política como prática e forma de consciência

Compreende-se a administração política como prática e como forma de consciência em conexão recíproca (Paço Cunha; Guedes, 2025). A tradição marxista ilumina, de um lado, os métodos práticos de administração da economia capitalista como respostas às necessidades histórico-concretas. De outro lado, toma o pensamento administrativo-político como prolongamento ideal dessas práticas, com potência contingente para influenciá-las.

Parte-se da premissa de que a administração política consiste na exercitação prática dos Estados-gerentes em relação à reprodução expansiva da acumulação de capital (Paço Cunha, 2023). As formações estatais estruturam-se progressivamente sobre essa base (Paço Cunha, 2019) e se modificam no tempo e no espaço por meio das medidas adotadas para orientar a acumulação (Paço Cunha, 2021). Depreende-se daí que há uma dependência estruturante entre Estado e acumulação: as formações estatais dependem fiscal e politicamente do processo de acumulação (O'Connor, 2009; Panitch; Gindin, 2013), enquanto a acumulação depende de alguma direção que imponha ao capital coletivo medidas muitas vezes contrárias a capitais individuais (Paço Cunha; Jorge, 2018).

Embora recíproca, essa relação tem a preponderância do processo de acumulação, que fornece os parâmetros de funcionamento às formações estatais (Paço Cunha, 2019). Assim, o que os Estados-gerentes fazem está limitado por suas dependências estruturais, e suas ações produzem resultados contingentes e consequências não premeditadas, atravessados por contradições e conflitos sociais. Mesmo Estados poderosos não controlam integralmente o processo global de acumulação no mercado mundial, o que remete à cooperação interestatal contraditória conforme será visto adiante.

As ações estatais estão confinadas a certos limites e operam segundo uma razão prático-política (Paço Cunha, 2019), orientada pela busca da "medida adequada". No plano doméstico, a política econômica exemplifica esse

exercício: qual a taxa de juros adequada? Qual o nível não ameaçador de salários reais? Qual a medida aceitável de intervenção estatal? Trata-se de um ajustamento permanente entre efeitos pretendidos e produzidos, em circunstâncias dinâmicas. A administração política é, assim, o exercício de gerenciamento da economia capitalista nos limites de seus parâmetros estruturais, a partir da posição de vantagem dos Estados-gerentes (Paço Cunha; Guedes, 2025).

Esse exercício comporta um momento teórico: o pensamento administrativo-político como conjunto de doutrinas mais ou menos sistematizadas que pressupõem o exercício prático e sobre ele incidem. Há graus variados de sistematização desse pensamento, dos ideários de gestores políticos às chamadas “escolas de pensamento”. Apesar das diferenças, mantém-se o lastro objetivo e a reciprocidade com a prática.

Tal forma de consciência não visa apenas explicar o funcionamento do sistema, mas influenciar a atuação efetiva do Estado na administração da acumulação e de suas contradições (Paço Cunha; Guedes, 2022). É, pois, um prolongamento ideal ativo, com potência contingente (Paço Cunha; Guedes, 2025).

No caso dos ideários dos gestores políticos, predomina uma razão política que opera num “giro eterno no interior dos próprios limites da política” (Paço Cunha, 2019, p. 170), sem alcançar as determinações mais profundas do sistema do capital e seus imperativos estruturais de expansão antagônica e defesa legitimadora do Estado, na dicção de Mészáros (2015). Trata-se de uma apreensão tendencialmente superficial das forças motrizes primárias.

Esses elementos conectam a administração política às economias particulares e permitem sua delimitação no plano do mercado mundial.

2.2 Administração política em escala mundial

O objetivo deste subtópico é introduzir diretamente a administração política em escala mundial, preservando os elementos práticos e ideais anteriormente delimitados. As antes indicadas problemáticas da medida adequada e do ideário dos gestores políticos reaparecem aqui no terreno complexo da articulação interestatal.

Essa articulação compareceu comedidamente na pesquisa em administração política. Há ainda poucos exemplos dessa pesquisa (Cristaldo; Pereira, 2016; Cristaldo; Simões; Cristaldo; Santos, 2025).

Por sua vez, a proposta fundamentada na ontologia materialista (Paço Cunha, 2021) parte da premissa de que, da posição de vantagem do Estado, gestores políticos respondem a uma dinâmica objetiva que não conhecem nem controlam integralmente, produzindo efeitos contingentes e não premeditados. Entre as funções objetivas derivadas da realidade histórico-social capitalista, destacam-se: (i) as derivadas do processo de acumulação, relativas aos ciclos de expansão e crise; e (ii) as derivadas do conflito interestatal no plano internacional.

A posição de vantagem permite ao Estado atuar domesticamente, se capaz, como “capitalista coletivo” e força organizadora do sistema, embora dependente da acumulação. Ao mesmo tempo, o palco principal da acumulação é o mercado mundial, envolvendo divisão internacional do trabalho, cadeias globais de valor, finanças, recursos, mercados e vantagens tecnológicas.

Há reciprocidades entre os meios gerais mobilizados domesticamente (medidas administrativas, jurídicas, políticas e policiais-militares) e aqueles voltados ao relacionamento interestatal. Políticas econômicas e públicas articulam-se permanentemente com alianças, adesões a organismos internacionais e ações bélicas. Essa unidade entre dimensões endógenas e exógenas constitui a integralidade da administração política em escala mundial.

Concretamente, essa unidade se expressa em modelos nacionais de administração política que variam no tempo e operam de modo concorrente, configurando relações internacionais específicas. Exemplo histórico disso é o relacionamento simultaneamente cooperativo e competitivo entre Estados Unidos, Alemanha e Japão no pós-guerra (Brenner, 2006). Mediações como os acordos de Bretton Woods e Plaza, e organismos multilaterais, a exemplo da ONU e da OMC, compõem esse gerenciamento.

A administração política em escala mundial também apresenta dimensões prática e ideal. A problemática da “medida adequada” reaparece em questões variadas. Qual seria o déficit comercial adequado? Qual seria a medida de transição para uma economia de serviços em dependência da importação de

industrializados? Como antes, o ajustamento das medidas ocorre sem a interrogação das forças motrizes primárias que capitalisticamente afetam permanentemente as movimentações que experimentam.

Historicamente, a configuração do pós-guerra implicou uma administração política norte-americana sobre o sistema de Estados do bloco ocidental, orientada por um certo “interesse geral” vinculado à acumulação em escala mundial. Contudo, essa articulação é marcada por contradições entre formações estatais com posições díspares na divisão internacional do trabalho e na captura e transferência de valor (Rotta, 2025). O “interesse geral”, enquanto capitalista coletivo mundial, é frágil e parcial, pois, como enfatizou Mészáros (2015), os imperativos estruturais do capital impõem expansão antagônica e defesa legitimadora do Estado, podendo culminar em afirmações violentas de interesses no plano político-militar global.

A relação de forças estabelecida sob acordos e organismos internacionais é, portanto, instável. Essa configuração passou a ser duplamente contestada: pela dinâmica interna da economia capitalista – queda das taxas de lucro, financeirização e excesso de capacidade produtiva (Brenner, 2006) – e pela ascensão de países historicamente subordinados. O desafio da China, em articulação com países africanos, latino-americanos e dos BRICS, altera as condições da administração política em escala mundial, pressionando aliados europeus dos Estados Unidos e reconfigurando relações de força.

Nesse contexto, encontros como o de Fórum Econômico Mundial em Davos expressam reavaliações das relações internacionais, com tendências que hoje favorecem o crescimento chinês, fragilizam a Europa e desafiam a hegemonia norte-americana. Torna-se, assim, pertinente investigar os ideários dos gestores políticos como expressões do pensamento administrativo-político positivo, forjado em resposta às circunstâncias alteradas e potencialmente capaz de reformular as relações entre formações estatais.

3. Metodologia

A pesquisa desenvolvida pode ser classificada como qualitativa, uma vez que trabalhou com dados descritivos e não estatísticos, provenientes de comunicações de atores sociais (Serqueira; Avelar; Alcântara, 2024). No caso em

específico, tratou-se de pesquisa que procurou estudar os pronunciamentos de estadistas tomados como objetos de análise, os quais foram proferidos no Fórum Econômico Mundial, em Davos, entre 19 e 23 de janeiro de 2026.

Em termos operacionais, cabe especificar a delimitação do material e o procedimento analítico. Com efeito, optou-se, primeiramente, por selecionar os pronunciamentos de determinados protagonistas, entre os quais se encontram os representantes das duas maiores economias mundiais, China (He, 2026) e Estados Unidos (Trump, 2026), e os líderes europeus principais (Macron, 2026; Merz, 2026; Von der Leyen, 2026), além do Canadá (Carney, 2026).

Os materiais foram reunidos e organizados em documentos individuais. Esses documentos receberam leitura sistemática (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014). Essa abordagem operacional possui caráter exploratório por meio da leitura exaustiva dos materiais e da constante retomada do questionamento básico da pesquisa a respeito dos modelos projetados de administração política. Dessa forma, os pronunciamentos foram lidos e relidos para a captura de tais modelos.

A partir dessa leitura exaustiva, os pronunciamentos foram comparados para identificar similitudes e diferenças em relação aos modelos de administração política defendidos. Esse procedimento foi importante para determinar se haveria diferença suficiente para justificar a existência de projeções de modelos de administração política em escala mundial divergentes.

Tendo em mente o questionamento básico da pesquisa e a orientação teórica a respeito da administração política no que tange à “medida adequada”, a análise dos pronunciamentos comparados permitiu a captura do parâmetro isolamento-integração como tema que os articula. Esse parâmetro central se desdobra nas três projeções centrais identificadas de modelos de administração política da relação interestatal: isolamento, integração e autonomia estratégica.

Para a organização expositiva de tais modelos, recorreu-se a categorias auxiliares para a explicitação das diferenças principais: tendência, que aponta para a direção defendida para uma administração política em escala mundial; justificção, que aponta para as razões que sustentam a direção defendida; e questão-chave, que resume a pergunta movente dos pronunciamentos. Assim, ficaram especificados os modelos concorrentes de administração política em

escala mundial conforme será exposto a seguir.

4. Os modelos concorrentes de administração política em escala mundial

A análise dos pronunciamentos revelou dois aspectos importantes orientadores para o objetivo de capturar as projeções concorrentes de administração política em escala mundial, ainda que em linhas gerais. O primeiro diz respeito a qual parâmetro aparece como central para a avaliação da “medida adequada”. No caso, observou-se no conjunto dos pronunciamentos o parâmetro isolamento-integração. Isso marca a questão fundamental que envolve essa avaliação: qual é a medida adequada de isolamento-integração no relacionamento interestatal no mercado mundial? Os pronunciamentos são uma espécie de resposta a essa questão fundamental subjacente.

O segundo aspecto diz respeito às três projeções centrais de modelos de administração política da relação interestatal considerando esse parâmetro, o que dá maior concretude para as respostas à questão anterior: isolamento, integração e autonomia estratégica. Importante sinalizar que os resultados da pesquisa indicaram que a autonomia estratégica congregou Alemanha, Canadá, França e União Europeia. Não apresentaram diferenças tais que justificassem consideração em separado apesar das nuances, como o fato de o Canadá apresentar uma proximidade geográfica maior e não constituir parte da União Europeia que, de resto, é dirigida por Alemanha e França. Prevaleceram, pois, os elementos comuns enquanto potências médias diante da China e dos Estados Unidos.

Os elementos principais foram organizados na Quadro 1, acompanhando as categorias antecipadas no tópico sobre metodologia.

Quadro 1 – Categorias de análise

País	Tendência	Justificação	Questão-chave
Estados Unidos da América	Isolamento	Defesa da cultura ocidental e disputa comercial com a China e com outras nações	Em que medida é possível pressionar as outras potências para obter acordos favoráveis e manter a hegemonia?
Canadá, República Federal da Alemanha, República Francesa, União Europeia	Autonomia estratégica entre isolamento e integração	Diminuir dependência econômica e militar	Como manter certa integração no mercado mundial de modo não subordinado?
República Popular da China	Integração	Impulsionar a economia mundial como uma totalidade	Como equilibrar o seu superávit comercial para gerar relações ganha-ganha?

Fonte: elaborada pelos autores

Importante registrar que as posições de isolamento e integração não são radicais. Há elementos de isolamento no pronunciamento da China e elementos de integração, no dos Estados Unidos. Restaram especialmente as tendências principais. Importante também ter claro que não há uma homogeneidade absoluta entre os demais países, mas que elementos em comum suficientes foram capturados para constituir um modelo de autonomia estratégica. Importante reafirmar que se trata de análise mais descritiva dos elementos essenciais. De tal modo, tais elementos do quadro sintetizam as descrições sintéticas a seguir.

4.1 Integração: China

Todas as passagens aqui indicadas foram extraídas do pronunciamento da autoridade política que representou a China, em Davos, o Vice-Primeiro-Ministro, He Lifeng (2026). Ele adotou uma defesa inequívoca de um mundo integrado, iluminado pela “tocha do multilateralismo”, posto que o “sistema multilateral de comércio enfrenta agora os desafios mais sérios em anos”.

Nisso se vê que a *integração* é tendência principal de sua administração política projetada. Já em sua introdução, recorrendo a palavras do presidente Xi Jinping, He ilustrou que “qualquer tentativa de canalizar as águas do oceano de volta para lagos e riachos isolados simplesmente não é possível. Isso vai contra a tendência histórica”, ou seja, “os países não estão navegando separadamente em cerca de 190 pequenos barcos, mas sim em um navio gigante do qual

depende o nosso destino compartilhado”.

Em termos menos literários, o Vice-Primeiro-Ministro apresenta *justificação*, para tal imagem, com dados do FMI, que estimaria “que a fragmentação econômica pode reduzir a produção econômica global em cerca de 7%”, e dados da OMC, que “mostram que a parcela do comércio global sob os termos de 'nação mais favorecida' caiu de 80% no início do ano passado para 72%.

He Lifeng defende, portanto, que “devemos apoiar firmemente o livre comércio e promover conjuntamente uma globalização econômica universalmente benéfica e inclusiva”. Acrescentou ainda que a globalização econômica deve ser “impulsionada pela especialização internacional, colaboração, forças complementares e pela busca do ganha-ganha”. Esse segundo ponto deve ser grifado, uma vez que, sobre ele, está assentado não só o planejamento interno como o arranjo internacional que a China espera construir; mas também, como ficará evidenciado na sequência, o ponto mais controverso de toda a exposição:

A China está comprometida em promover a prosperidade comum com seus parceiros comerciais por meio de seu próprio desenvolvimento, e em aumentar o tamanho do bolo para a economia e o comércio global. Nunca buscamos superávit comercial; além de sermos a fábrica do mundo, esperamos ser também o mercado do mundo. No entanto, em muitos casos, quando a China quer comprar, outros não querem vender. Questões comerciais frequentemente se tornam obstáculos de segurança.

Ou seja, ainda que se esforce em indicar o que a China espera construir internamente para criar um arranjo internacional mais equilibrado, o Vice-Primeiro-Ministro acaba reconhecendo que, hoje, a China se coloca como “a fábrica do mundo”, mas não como “o mercado do mundo”. De certo modo, o caminho de “especialização” perseguido pela China, até então, transformou-a numa potência comercial (que vende, mas não compra). Admitindo tacitamente essa vantagem e, portanto, se esforçando para mitigar a vantagem chinesa, He aponta que:

A China abrirá suas portas ainda mais para o mundo. Ela expandirá ativamente e se abrirá voluntariamente, alinhando-se às regras econômicas e comerciais internacionais de alto padrão, expandindo o acesso ao mercado e abrindo mais áreas, particularmente no setor de serviços, além de intensificar nossos esforços para atrair e utilizar o

investimento estrangeiro. A China continuará a promover um ambiente de negócios orientado ao mercado e de classe mundial, oferecerá tratamento igualitário tanto para empresas domésticas quanto para estrangeiras e transformará a lista de demandas das empresas em uma lista de serviços do governo.

Desse modo, a *questão-chave* que se coloca é que, para buscar o arranjo internacional almejado, internamente, os gestores políticos chineses devem estar dispostos a minorar a sua vantagem comercial, impulsionando o mercado consumidor chinês. Deve-se, portanto, buscar um equilíbrio, por exemplo, em relação aos rendimentos do trabalho. Enquanto um nível salarial comparativamente alto pode prejudicar o desempenho da indústria chinesa, um patamar rebaixado impede que a China se coloque como um mercado consumidor minimamente atrativo para seus parceiros comerciais.

Nessa linha, He indica que a “China colocou a demanda doméstica no topo de sua agenda econômica este ano e está trabalhando mais rapidamente em uma meta de crescimento de renda para residentes urbanos e rurais”. O objetivo, segundo ele, é “impulsionar vigorosamente o consumo e tornar-se uma potência de consumo, além de uma potência industrial”.

Para perseguir a medida mais alta de integração global que tem beneficiado a China, o Vice-Primeiro-Ministro sustentou que se deve “salvaguardar firmemente o multilateralismo e tornar a ordem econômica e comercial internacional mais justa e equitativa”. Para isso, no entanto, em seus termos, a China deverá tornar-se um pouco mais compradora e um pouco menos vendedora.

O ideário expresso por He Lifeng revela que os gestores políticos chineses reconhecem o quanto o atual arranjo econômico global beneficia o seu processo de acumulação. Diante disso, demonstram disposição para ceder em vantagens comerciais imediatas – reduzindo alguns dos mecanismos de proteção ao seu mercado interno – em prol de uma concessão tática. Essa busca pela “medida adequada” visa atenuar as contradições internacionais e as resistências de parceiros comerciais, sacrificando o ganho de curto prazo para salvaguardar a própria estrutura multilateral que sustenta a expansão de sua economia no longo prazo. Trata-se da operação do Estado como um articulador consciente que opera nos limites da política para preservar as bases atuais do modo de

produção capitalista.

4.2 Isolamento: Estados Unidos

O discurso do presidente Donald Trump (2026) apontou para uma direção de *isolamento* e, pois, distinta dos outros, no sentido de apresentar uma posição aversa à integração multilateral e sem ressalvas. No âmbito do comércio, houve a defesa de acordos bilaterais, buscando minimizar os déficits estadunidenses, e no âmbito da segurança, destacou-se o avanço territorial do país norte-americano e a descrença acompanhada da tentativa de dividir os custos de manutenção da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Esses aspectos permitem dizer que Trump apresenta uma tendência mais isolacionista, entendendo que, à luz dos interesses norte-americanos, deixar organismos internacionais ou deixar de lado uma solução dialogada e impor os interesses do país pode ser a melhor alternativa diante das circunstâncias avaliadas que parecem ameaçar a hegemonia do país que conduz.

A *justificação* compareceu no pronunciamento em diversas frentes, sobretudo quando diz respeito à relação conflituosa com considerados adversários ou pelo menos tensa com antigos aliados.

Com efeito, partindo do entendimento de que os “EUA são o motor econômico do planeta”, o mandatário reprovou a recente estratégia adotada pelo assim chamado “ocidente” que buscou o crescimento “por meio de gastos governamentais cada vez maiores, imigração em massa descontrolada e importações estrangeiras intermináveis”. O resultado foram “déficits orçamentários e comerciais recordes e um crescente déficit soberano impulsionados pela maior onda de migração em massa da história da humanidade”. Noutra direção, Trump defendeu que “em vez de aumentar os impostos sobre os produtores nacionais, estamos reduzindo-os e aumentando as tarifas sobre as nações estrangeiras para pagar pelos danos que elas causaram”. Além de destacar sua política imigratória celebrando os “criminosos que estavam sendo retirados do nosso país”, o presidente confirmou a tendência ao bilateralismo ao destacar os resultados de suas estratégias:

Firmamos acordos comerciais históricos com parceiros que representam

40% de todo o comércio dos EUA – algumas das maiores empresas e países do mundo. Também temos países como parceiros: as nações europeias, o Japão, a Coreia do Sul, são nossos parceiros. Eles fecharam acordos gigantescos conosco, especialmente no setor de petróleo e gás.

O presidente também conclamou a incursão recente na Venezuela. Segundo ele, “a Venezuela vai faturar mais nos próximos seis meses do que faturou nos últimos 20 anos. Todas as grandes petrolíferas estão vindo com a gente. É incrível. É lindo de se ver”. Essa questão do petróleo e das fontes de energia se justifica pelo avanço econômico da China, cujos avanços são admitidos e causam preocupação:

A China fabrica quase todos os moinhos de vento, e ainda assim, não consegui encontrar nenhum parque eólico na China. Já pensou nisso? É uma boa maneira de ver a situação. Eles são espertos. A China é muito esperta. Eles os fabricam. Vendem-nos por uma fortuna. Vendem-nos para pessoas desavisadas que os compram, mas não os usam.

A ameaça chinesa à hegemonia econômica dos Estados Unidos também justifica o aumento dos investimentos em inteligência artificial: “Mas, mais importante ainda, a China também queria esse mercado. É como se eles quisessem a IA, e nós, acredito, já temos esse mercado praticamente garantido”. A questão comercial também se destaca na fala, na medida em que Trump preconiza negociações diretas, buscando utilizar as vantagens produtivas de seu país para pressionar os outros. Nesse sentido, as próprias estratégias para obter esses acordos são colocadas, num exemplo dado em relação às relações com a França no que toca produtos farmacêuticos, Trump ameaça impor tarifas, caso contrário: “Estou impondo uma tarifa de 25% sobre tudo o que vocês vendem para os Estados Unidos e uma tarifa de 100% sobre seus vinhos e champanhes”.

Em outro momento ao mostrar a mesma estratégia com a Suíça, disse o presidente: “Eu poderia ter dito: “Quero uma tarifa de 70%”, e aí ganharíamos dinheiro com a Suíça. Mas a Suíça provavelmente teria sido destruída, arruinada financeiramente. Eu não quero fazer isso”. Há assim um entendimento de que mesmo nessas estratégias comercialmente mais agressivas, é preciso ter um cuidado para que as vantagens obtidas pelos estados unidos não levem ao colapso de outros países.

A relação com a Europa também é tratada do ponto de vista da

segurança. Nesse sentido, o presidente conclama pelo apoio europeu, como uma nova forma de organização do Ocidente. No discurso, destaca-se uma tentativa de exortar “nossa cultura muito especial” como um elemento de aliança entre Estados Unidos e Europa: “Precisamos nos tornar mais fortes, mais bem-sucedidos e mais prósperos do que nunca. Precisamos defender essa cultura e redescobrir o espírito que elevou o Ocidente das profundezas da Idade das Trevas ao ápice da realização humana”. Contudo, não somente quanto às questões comerciais, mas também quanto à questão militar, essa união trata-se de colocar a Europa como aliada dos interesses estadunidenses. Essa postura de cobrança de dívida também se coloca na posição em relação à OTAN: “Nós damos tanto e recebemos tão pouco em troca. E eu tenho sido um crítico da OTAN por muitos anos, e ainda assim fiz mais para ajudar a OTAN do que qualquer outro presidente, de longe, do que qualquer outra pessoa. Vocês não teriam a OTAN se eu não tivesse me envolvido no meu primeiro mandato”.

Essa insatisfação quanto aos rumos da aliança militar justificam a ideia de domínio de territórios estratégicos, expressando inclusive uma espécie de dívida que os europeus teriam por conta da Segunda Guerra Mundial. Segundo ele, “salvamos a Groenlândia e impedimos com sucesso que nossos inimigos ganhassem terreno em nosso hemisfério”. Além disso destaca que:

Esta enorme ilha desprotegida faz parte da América do Norte, na fronteira norte do Hemisfério Ocidental. Esse é o nosso território. Portanto, é um interesse fundamental da segurança nacional dos Estados Unidos da América e, de fato, tem sido nossa política, há centenas de anos, impedir que ameaças externas entrem em nosso hemisfério, e temos feito isso com muito sucesso.

Foi possível compreender que a tendência isolacionista, que se justifica por uma defesa da cultura ocidental, pela ameaça à hegemonia econômica apresentada pela China e pelos déficits comerciais. Esses aspectos mostram que a *questão-chave* para os Estados Unidos em termos de administração política global é em que medida é possível pressionar as outras potências, comercial e militarmente, para obter alianças vantajosas para a disputa imperialista com a China, visando a manutenção de sua hegemonia global. A governança global é pensada como subordinada aos interesses domésticos.

Em síntese, o posicionamento norte-americano situa-se no polo exatamente oposto ao da estratégia chinesa de preservação do arranjo internacional. Embora os Estados Unidos ainda se encontrem na vanguarda da corrida capitalista, seus atuais gestores políticos apreendem que as bases da ordem econômica global estabelecida no pós-guerra deixaram de beneficiá-los, atuando, agora, como aceleradores da perda de sua hegemonia para a China. Diante desse diagnóstico, a tendência ao isolamento e ao bilateralismo agressivo de Trump configura uma tentativa deliberada de "virar a mesa" das relações interestatais. Trata-se de uma resposta prático-política limite que visa implodir a governança multilateral que outrora lideravam, criando, desse modo, espaço para a construção de um ordenamento que volte a lhe beneficiar.

4.3 Autonomia estratégica: Alemanha, Canadá, França e União Europeia

Como antecipado, a tendência de *autonomia estratégica* resulta da convergência entre os pronunciamentos dos representantes da Alemanha, Canadá, França e União Europeia. A mesma tendência comparece de maneiras diferentes a partir da sinalização do momento instável da ordem mundial. A tônica é o desfazimento das regras que regularam as relações interestatais até então e ressurgimento da força como elemento de desequilíbrio da administração política em escala mundial.

Tratou-se de indicar a "mudança em direção a um mundo sem regras" no qual "as únicas leis que parecem importar são as dos mais fortes" (Marcon, 2026). Seria um "novo mundo de grades potências (...) construído sobre o poder, sobre a força" (Merz, 2026). A avaliação é de que as "bases do sistema de Bretton Woods e toda a ordem econômica global estabelecida após a guerra efetivamente colapsaram" (Von der Leyen, 2026). O primeiro-ministro do Canadá resumiu ao expor que se tratava de uma "ruptura, não de uma transição", em que "as potências médias devem agir juntas" (Carney, 2026) mediante as grandes potências mundiais.

A *justificação* para a autonomia estratégica se coloca em termos práticos pela alta dependência dos países europeus em relação aos Estados Unidos, sobretudo. Mas a capacidade chinesa de investimentos e exportação também sinalizou a necessidade de um relacionamento diferenciado. O elemento motor de fundo é a posição que os países europeus e Canadá ocupam no processo

global de acumulação. Diante dos fatores que cercam tal posição, trata-se de “reduzir nossas dependências” (Von der Leyen, 2026). Sobressalta-se a necessidade de “reduzir as dependências que hoje nos tornam vulneráveis” (Merz, 2026). Os pronunciamentos apontam especialmente para as questões econômicas e militares, indicando a obtenção de vantagens competitivas nacionais e o aumento do investimento bélico.

A *questão-chave* que os pronunciamentos refletem no projetado modelo de administração política é determinar qual seria a medida adequada da integração internacional. E isso porque para tais países convergentes, o isolamento não é uma opção. Mas a integração absoluta também não produziu os melhores efeitos, segundo a avaliação dos gestores políticos. Há o reconhecimento de que nas “últimas duas décadas, uma série de crises nas áreas financeira, saúde, energia e geopolítica expôs os riscos de uma integração global extrema” (Carney, 2026). A tarefa passa a ser a de encontrar certa *integração interestatal* que produza resultados proveitosos. No caso presente, isso se expressa pela relação *isolamento vs. integração*. Muito isolamento ou muita integração? Segundo Merz (2026), “não há espaço para o isolacionismo e o protecionismo”, cabendo “laços estrategicamente coordenados”. Fica patente a escolha da “parceria ao invés do isolamento” (Von der Leyen, 2026). Mas essa integração ao invés do isolamento possui uma medida, uma vez que “proteção não significa protecionismo” (Macron, 2026), havendo espaço para a defesa das economias nacionais. Ao mesmo tempo, um mundo de isolamento das nações, de busca de autonomia absoluta, redundaria em “um mundo de fortalezas [que] será mais pobre, mais frágil e menos sustentável” (Carney, 2026).

Assim, trata-se de tatear algum ponto entre isolamento e integração, um ponto distinto do hoje praticado no qual não se produziu os melhores resultados a esses países convergentes. Isso revela o parâmetro para a administração política em escala mundial segundo a projeção dos países convergentes na estratégia de autonomia estratégica diante as potências mundiais. Em outras palavras, é o ajuste permanente em busca de um ponto móvel, que varia no tempo e sob circunstâncias diferenciadas. Nos termos de Carney (2026), é uma “geometria variável, ou seja, diferentes coalizões para diferentes questões”, é a construção de “coalizões que funcionam”. Essa busca por é um ponto intermediário e

variável entre isolamento e integração se mostra na defesa das “soluções coletivas e cooperativas” (Macron, 2026) e na diversificação dos acordos intentados, com os BRICS e Índia (Macron, 2026; Von der Leyen, 2026), procurando construir parcerias e alianças entre iguais baseadas na confiança e respeito mútuos” (Merz, 2026).

Em conclusão, os posicionamentos das potências médias europeias e do Canadá revelam a busca por uma terceira via tática diante do acirramento da polarização global. Ao contrário da estratégia chinesa de conservação e do ímpeto norte-americano de ruptura, a “autonomia estratégica” representa uma tentativa de autodefesa e equilíbrio de um poder mais fraco frente ao fogo cruzado interestatal. Trata-se, assim, de uma reação defensiva para gerenciar vulnerabilidades internas, tentando garantir a reprodução de seus capitais nacionais sem romper em definitivo com nenhum dos polos em disputa.

4.4 Análise sintética

Considerando os elementos da abordagem mobilizada, os modelos projetados de administração política em escala mundial não devem ser encarados como meras elaborações dos principais gestores políticos, mas como prolongamentos ideais das necessidades práticas de gerenciamento da acumulação de capital em um cenário de rearranjo da ordem global. Guardam, além disso, potência modificadora dessa mesma ordem quando contribuírem para a forja da prática desse gerenciamento.

A integração, o isolamento e a autonomia estratégica, enquanto modelos capturados nos pronunciamentos delimitados, expressam-se como respostas distintas àquela questão subjacente, qual seja, determinar o grau adequado de isolamento-integração que crie as condições para a captura dos benefícios oriundos de um dado arranjo interestatal ante a reprodução da acumulação que perpassa pelo plano nacional, cujo palco central é, no entanto, o mercado mundial, e sem sucumbir às contradições do processo global de acumulação.

As distintas posições nesse processo global, que envolve tanto as cadeias produtivas quanto os circuitos de transferência de valor, claramente condicionam o tipo de resposta. A integração de tipo chinesa reflete a tentativa de manter a medida de integração que tem beneficiado sua acumulação, propondo, senão

o aprofundamento, pelo menos a manutenção do “multilateralismo” como componente da administração política projetada. Já o isolamento de tipo norte-americano manifesta-se como uma correção da medida considerada adequada, privilegiando mais o bilateralismo e a imposição de tarifas como meio de defesa da hegemonia e dos interesses domésticos, sem mencionar as ameaças e ações beligerantes. Posição distinta se apresenta pela autonomia estratégica das potências médias relacionadas, representando o esforço de tatear um “ponto intermediário” ou uma “geometria variável” por meio de parcerias que evitem tanto o isolamento empobrecedor quanto a integração subordinada.

Os modelos projetados também expressam como a administração política em escala mundial corresponde às funções derivadas do processo de acumulação global e do conflito interestatal. Esses modelos claramente refletem a vívida tensão que advém do caráter contraditório das relações de força. Enquanto o modelo dos EUA é justificado por seu gestor político por meio da apreendida ameaça à sua hegemonia e pelos déficits comerciais recorrentes, enquanto a China justifica a necessidade de “aumentar o tamanho do bolo” para mitigar resistências ao seu superávit comercial e expansionismo industrial, o modelo canadense-europeu revela o descontentamento enquanto um agente menor diante das grandes potências que debatem a ordem existente.

Trata-se claramente de um momento que reflete a destacada natureza centrífuga do capital ante a qual se ergue um “capitalista coletivo mundial” cambaleante e extremamente frágil e parcial. E isso porque o sistema de Estados opera sobre uma lógica expansiva e antagônica. Isso fica patente no contexto de desestabilização da ordem até então relativamente funcional pelo ressurgimento da força como critério sem disfarces para dirimir os interesses divergentes. A concorrência entre os modelos evidencia que não havia, até o encontro em Davos, algum tipo de ordenamento que expresse um “interesse geral global”. Isso está em processo de modificação e disputa no sistema das diferentes formações estatais do capital.

O contexto de mudança poderia favorecer uma compreensão mais aprofundada das causas mais essenciais do equilíbrio desequilibrado por parte dos gestores políticos envolvidos, cujas decisões podem afetar o rumo das

economias mundiais e a vida humana em todas as partes do globo. Mas, como vimos, o pensamento administrativo político opera tendencialmente em um plano mais superficial. Isso também vale para o equivalente gerenciamento em escala mundial. Os pronunciamentos dos gestores políticos focaram precisamente, como esperado, no ajustamento de medidas administrativas (tarifas, subsídios, acordos de segurança) sem interrogar as forças motrizes de ordem primária do sistema do capital. As projeções de Davos buscam estabilizar o metabolismo social estabelecido no plano interestatal sem questionar os imperativos de expansão antagônica que, em última instância, provocam as crises e os conflitos que esses mesmos gestores políticos tentam administrar. Ao cabo, revela-se que a administração política em escala mundial é um exercício de “ajustamento permanente” em um terreno marcado pela disputa imperialista e pela busca por autonomia em um sistema intrinsecamente interdependente e contraditório.

5. Considerações finais

O objetivo do presente artigo foi destacar as principais projeções concorrentes de administração política em escala mundial a partir do ideário dos líderes protagonistas no recente encontro do Fórum Econômico Mundial, em Davos. Foram realizadas leituras sistemáticas dos pronunciamentos para categorização de elementos centrais: tendência, justificação e questão-chave.

A partir da análise dos pronunciamentos delimitados, chegou-se a três modelos de administração política em escala mundial: integração, isolamento e autonomia estratégica. Esses modelos foram sublinhados a partir da conclusão de que o par isolamento-integração foi o parâmetro principal para a projeção da administração política das relações interestatais na economia capitalista global. Trata-se de um ajustamento permanente entre isolamento e integração, buscando-se um ponto mais ou menos intermediário em circunstâncias contraditórias e voláteis. Em outras palavras, tais modelos concorrentes são respostas à questão subjacente da administração política em escala mundial de se determinar a medida adequada de isolamento-integração no relacionamento interestatal no mercado mundial.

A análise sugere que tais respostas são condicionadas pelas posições específicas ocupadas pelas nações envolvidas no processo global de

acumulação. Esse processo, por sua natureza expansiva e antagônica, garante uma tensão estrutural das bases de um “capitalista coletivo mundial”. É muito interessante notar como que, mesmo em um cenário de conturbação do ordenamento mundial, o ideário dos gestores políticos é incapaz de alcançar as forças motrizes primárias e se limitam aos ajustamentos contínuos que operam na superfície das contradições que emergem do processo de acumulação que pretendem gerenciar.

Como de praxe, é necessário reconhecer as limitações que decorrem da delimitação do objeto sob análise. O fato de que o tipo de análise é descritivo e limitado aos elementos mais proeminentes dos pronunciamentos deixa outros elementos de lado. Certos aspectos, pois, das práticas reais ficam obstruídos. É o caso, por exemplo, das tendências imperialistas que Trump vem encarnando, da hipocrisia latente dos países europeus sobre o que se passa em outras regiões em conflitos, e das práticas de *dumping* com as quais a China se engaja e que contradizem seus elogios à confiança no comércio entre os países.

Outas pesquisas, portanto, são necessárias para cercar não apenas essa limitação destacada como também expandir a análise para outros protagonistas igualmente importantes, tais como os gestores econômicos das grandes empresas. Esses gestores também tiveram participação no Fórum Econômico Mundial e com audiência atenta àquilo que eles dizem. Ocupam posição importante não apenas na condução dos negócios como também estão permanentemente articulados às formações estatais, dos dois lados do Atlântico e do Pacífico.

Referências

BRENNER, Robert. **The economics of global turbulence**: the advanced capitalist economies from long boom to long downturn, 1945-2005. London: Verso, 2006.

CARNEY, Mark. **Davos 2026**: Special address by Mark Carney, Prime Minister of Canada. [S. l.]: World Economic Forum, 20 jan. 2026. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2026/01/davos-2026-special-address-by-mark-carney-prime-minister-of-canada/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

CAVALCANTE, R. B. *et al.* Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação**

& Sociedade: estudos, João Pessoa, v. 24, n. 1, 2014.

CRISTALDO, R. C. *et al.* A administração pública entre o local e o global: condicionantes externos da reforma do estado no brasil. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 31, p. e136437, 2025.

CRISTALDO, R. C.; PEREIRA, C. M. A administração política e a gestão do modo de produção: processos gestoriais, da organização produtiva do trabalho à economia-mundo capitalista. **Revista Brasileira de Administração Política**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 67, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15483>. Acesso em: 28 jan. 2026.

HE, Lifeng. **Davos 2026:** Special address by He Lifeng. [S. l.]: World Economic Forum, 20 jan. 2026. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2026/01/davos-2026-special-address-he-lifeng/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MACRON, Emmanuel. **Davos 2026:** Special address by Emmanuel Macron, President of France. [S. l.]: World Economic Forum, 21 jan. 2026. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2026/01/davos-2026-special-address-by-emmanuel-macron-president-of-france/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MERZ, Friedrich. **Special Address by Friedrich Merz, Federal Chancellor of Germany.** Davos: World Economic Forum, 22 jan. 2026. Disponível em: <https://www.weforum.org/meetings/world-economic-forum-annual-meeting-2026/sessions/special-address-by-friedrich-merz-federal-chancellor-of-germany/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar:** reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

O'CONNOR, J. **The fiscal crisis of the State.** New Brunswick: Transaction Publishers, 2009.

PAÇO CUNHA, E. Administração Política no Itinerário Intelectual de R. Santos (1980-1993). **Revista Brasileira de Administração Política**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2023. DOI: 10.9771/rebap.v0i1.55277. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/55277>. Acesso em: 1 nov. 2025.

PAÇO CUNHA, E. Capacidades estatais para administração política: proposta analítica fundamentada na ontologia materialista. In: ENCONTRO DA ANPAD, 45., 2021. **Anais [...].** Maringá: ANPAD, 2021. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/114/approved/83cdcec08fbf90370fcf53bd56604ff.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2026.

PAÇO CUNHA, E. Centralidade da gestão do Estado como limite da razão política ou para uma crítica da administração política. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 150–178, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/read/article/view/89126>. Acesso em: 30 out. 2025.

PAÇO CUNHA, E.; GUEDES, L. T. A administração política de Roberto Simonsen e a ideologia da terceira via no capitalismo atrofico brasileiro. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, p. 697–730, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/117915>. Acesso em: 30 out. 2025.

PAÇO CUNHA, E.; GUEDES, L. T. Natureza do pensamento administrativo político a serviço da acumulação. **Revista Brasileira de Administração Política**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 88–108, 2025. DOI: 10.9771/rebap.v17i2.71028.

PAÇO CUNHA, E.; JORGE, T. M. Função e gênese dos gestores econômicos do capital: ensaio baseado na crítica da economia política das organizações. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 398–430, 2022. DOI: 10.21583/2447-4851.rbeo.2022.v9n2.497. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/497>. Acesso em: 7 fev. 2026.

PANITCH, L.; GINDIN, S. **The making of global capitalism: the political economy of American empire**. London: Verso, 2013.

ROTTA, T. N. Value capture and value production in the world economy: a Marxian analysis of global value chains, 2000–2014. **Environment and Planning A: Economy and Space**, [S. l.], v. 57, n. 2-3, p. 184-202, 2025. DOI: 10.1177/0308518X241299315. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0308518X241299315>. Acesso em: 8 fev. 2026.

SIQUEIRA, J. F. J.; AVELAR, G. S. M.; ALCÂNTARA, V. C. Métodos qualitativos de pesquisa: explorando sentidos e temas em diferentes linhas de um programa de pós-graduação em administração. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 12, n. 32, p. 400-424, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2024.v.12.n.32.756>. Acesso em: 2 fev. 2026.

TRUMP, Donald J. **Davos 2026: Special Address by US President Donald J Trump**. [S. l.]: World Economic Forum, 21 jan. 2026. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2026/01/davos-2026-special-address-donald-trump-president-united-states-america/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

VON DER LEYEN, Ursula. **Davos 2026: Special address by Ursula von der Leyen, President of the European Commission**. [S. l.]: World Economic Forum, 21 jan. 2026. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2026/01/davos-2026-special-address-ursula-von-der-leyen/>. Acesso em: 2 fev. 2026.